



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO - PED**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
CLÍNICA E INSTITUCIONAL
TURMA IX
(2010/2011)**

Coordenação: Profa. Dra. Maria Helena Fávero

TRABALHO FINAL DE CURSO

**Apresentado por: Fabiana Lúcia Elisabete Alves Gibson
Orientado por: Maria Helena Fávero**

BRASÍLIA, 2011

**EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA DEFICIENTES
AUDITIVOS:
A PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL VISANDO A
INCLUSÃO SOCIAL.**

Apresentado por: Fabiana Lúcia Elisabete Alves Gibson
Orientado por: Maria Helena Fávero

ÍNDICE

I/ Introdução e Colocação do Problema	P. 1
II/ Fundamentação Teórica	P. 4
III/ Método de Intervenção	P. 7
3.1 Participantes	P. 7
3.2 Procedimento Adotado	P. 8
IV/ A intervenção psicopedagógica: da avaliação psicopedagógica à discussão de cada sessão de intervenção.	P. 8
4.1 A sessão de avaliação: primeira sessão de grupo focal - .	P. 8
4.2 A sessão de avaliação: segunda sessão de grupo focal -	P.16
4.3 A sessão de avaliação: terceira sessão de grupo focal	P.22
V/ Discussão geral dos resultados da intervenção psicopedagógica.	P.27
VI/ Considerações finais	P.28
VII/ Referências Bibliográficas	P.29

I/ Introdução e Colocação do Problema

A LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e conforme cita o Art. 1º da referida Lei:

Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

O Decreto nº 24.136/2003, datado de 09 de outubro de 2003, assegura que cada órgão do poder executivo do Distrito Federal deverá contar com servidor habilitado a interpretação da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e a LEI Nº 4.090, DE 30 DE JANEIRO DE 2008 (Autoria do projeto: Érika Kokai), sancionada pelo Vice-Governador Paulo Octávio Alves Pereira, dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete de LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais nas aulas teóricas ministradas nos Centro de Formação de Condutores-CFC'S, conforme expressado no Art 1º da referida Lei:

Fica instituída a obrigatoriedade da presença de intérprete de LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais nas aulas teóricas ministradas pelos Centros de Formação de Condutores-CFCs, em funcionamento no Distrito Federal, em cursos de preparação para o trânsito, sempre que houver aluno surdo matriculado em tais cursos.

O DETRAN/DF, bem como os Centros de Formação de Condutores do Distrito Federal, em seu atendimento a Deficientes Auditivos, necessitam de uma melhor estrutura e mais servidores capacitados para atender à referida lei.

Quando se trata de considerar a consciência da existência de modos variados de refletir e de se expressar, o presente trabalho focou o atendimento aos deficientes auditivos no DETRAN/DF, visto que são usuários e cidadãos que necessitam de um atendimento especial, organizado e estruturado.

Pesquisas acerca da importância social das LIBRAS na sociedade surda, em uma visão interacionista, humanística e jurídica ressalta que a primeira língua dos surdos é a de sinais, sendo português a segunda. Estudos demonstram que a língua de sinais é a língua materna dos surdos e como instrumento para organização de significados semióticos e aquisição de conhecimento, "deve ser utilizada de forma adequada por

parte dos profissionais que atuam junto aos surdos nas instituições". Fávero & Pimenta (2006).

O DETRAN/DF, já realiza um atendimento aos deficientes auditivos, no entanto tal atendimento ainda é centralizado, pouco divulgado e são pouquíssimos servidores que realizam este trabalho, acarretando na necessidade de se ampliar a forma de se perceber o surdo, uma vez que esse atendimento não se resume somente na prova escrita de obtenção de CNH, mas em um atendimento geral de todos os serviços do órgão.

Atualmente o DETRAN/DF, praticamente, utiliza-se de um único servidor capaz de se comunicar efetivamente com os deficientes auditivos, centralizado no DETRAN Sede-Plano Piloto, sendo que, os usuários de todas as cidades satélites e entorno devem se deslocar até o Plano Piloto para serem devidamente atendidos.

Foram realizados cursos de capacitação em Libras para alguns servidores pelo órgão, contudo nenhum deles se consideram capazes de se comunicar bem com os deficientes auditivos, necessitando de motivação e organização desses servidores para um favorecimento da comunicação com os DA's sem os entraves de comunicação.

Na presente discussão levantamos temas importantes, que trouxeram a evidência de como está hoje o atendimento aos deficientes auditivos no DETRAN/DF e o que, através das Leis vigentes, o que se pode ser exigido e melhorado no órgão e nos Centros de Formação de Condutores do Distrito Federal.

Apesar do Decreto nº 24.136/2003, datado de 09 de outubro de 2003 e da Lei 4.090, de 20 de janeiro de 2008, o DETRAN/DF, bem como os Centros de Formação de Condutores - os CFC'S do Distrito Federal, em seu atendimento a Deficientes Auditivos, necessitam de uma melhor estrutura e mais servidores capacitados para atender à referida lei.

Esse foi exatamente o foco desse trabalho. Nele, procuramos dar voz aos servidores destinados ao atendimento dos DA's, com o intuito de desenvolver uma prática psicopedagógica que pudesse resultar em dados que auxiliasse a tomada de decisões institucional no que se refere à questão em pauta.

No presente trabalho relatamos o desenvolvimento dessa prática, que como toda prática pessoal, profissional e social, tem um fundamento teórico-conceitual. Assim, na

segunda parte, na fundamentação teórica, apresentamos os principais aspectos teórico-conceituais de nossa prática.

Na terceira parte, descrevemos nosso método de intervenção, desenvolvido segundo essa fundamentação.

II/ Fundamentação Teórica

Fávero (1993, 2005; 2009; 2011) tem defendido a tese segundo a qual o ser humano não funciona como um recipiente passivo em relação às informações fornecidas pelo meio ambiente e que, portanto "o desenvolvimento é resultado da ação e interação deste ser humano com seu meio".

O presente trabalho teve como ponto central a referida tese e suas implicações. Uma delas é que uma vez que se conceba o conhecimento como resultado de um processo psicológico ativo, é possível se estabelecer as articulações e implicações de tal concepção para a prática cotidiana, institucional ou pessoal através de análise dos seus fundamentos teóricos.

Nesse trabalho, lidamos com profissionais adultos. Levando em conta o exposto acima, e particularizando para o desenvolvimento psicológico adulto, assumimos a posição de FÁVERO & COUTO MACHADO (2003) para considerar o adulto como um construtor ativo de verdades múltiplas, polissêmicas e utilitárias, o que significa estar em desenvolvimento em um universo do desenvolvimento do modo coletivo de pensar. Para fundamentar tal posição essas autoras recuperam um consenso entre diferentes autores, tais como GERGEN, 1994, 1995; HERMAN, KEMPEN & VAN LOON, 1992; WHITE & WANG, 1995 (citados em FÁVERO & COUTO MACHADO, 2003, p. 15-28).

Assim, seja do ponto de vista dos profissionais, como do ponto de vista dos deficientes auditivos, o que está em questão é o modo como se entende o desenvolvimento psicológico adulto e em especial, o desenvolvimento de competências particulares.

Nesse sentido duas questões então eram importantes para o trabalho que desenvolvemos e que aqui relatamos.

A primeira diz respeito ao sujeito humano portador de DA e a outra diz respeito a Língua de sinais-LIBRAS. Hoje é unânime entre os pesquisadores a consideração dos dados apontados nos estudos de Fávero & Pimenta (2006, p 27-42). "a língua de sinais é a língua materna dos surdos e como instrumento para organização de significados semióticos e aquisição de conhecimento, deve ser utilizada de forma adequada por parte dos profissionais que atuam junto aos surdos nas instituições"

Tal posição tem sido reiterada na sociedade como um todo, inclusive do ponto de vista jurídico, o que coloca então a demanda para os profissionais que trabalham diretamente com essas pessoas, de desenvolverem competências particulares no que diz respeito à aquisição da LIBRAS, e mais que isso, sua tomada de consciência da importância de tal aquisição para sua prática profissional. Essa é, portanto a segunda questão anunciada acima, uma questão que como veremos, tem implicações do ponto de vista institucional e organizacional.

Por isso mesmo, a prática psicopedagógica que relatamos a seguir, está focada nessa segunda questão em particular.

Para desenvolvê-la, nos baseamos na proposta de Fávero (2005), que defende a proposta de uma:

articulação entre os aspectos subjetivos, desenvolvimentais e cognitivos dos processos semióticos num contexto psicológico e o fundamento histórico, institucional e ideológico dos sistemas de signos num contexto sociocultural e propõe tanto teórica como metodologicamente, uma síntese psicossocial para a psicologia do desenvolvimento, por meio da integração da análise dos atos da fala para o estudo dos paradigmas pessoais, da tomada de consciência e do desenvolvimento cognitivo e metacognitivo. (Fávero, 2005, p. 17).

Em outros termos essa autora defende a articulação entre desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais. Ou seja: "Estamos, portanto, propondo a compatibilização da noção de mediação semiótica, com a teoria das representações sociais, o que é, no nosso entender, compatível com a proposta de Wertsch (1985), que amplia a noção de mediação semiótica de Vygotsky, por meio da análise de Bakhtin, num texto que fazemos questão de retomar aqui, por ser um texto de referência no assunto, publicado na França no mesmo ano (Wertsch, 1985a). Como se sabe, Wertsch aprofundou a análise de Vygotsky referente à mediação semiótica, articulando-a com as proposições de Bakhtin, sobretudo no que se refere às “vozes” e que ele retomou no seu livro *Voices of the Mind* (Wertsch 1985c). Para Wertsch, o

ponto principal da análise dos fenômenos sociológicos na teoria de Vygotsky, é que, embora ele tenha proposto uma reformulação da psicologia em termos marxistas, tal proposta considerou muito pouco os termos marxistas clássicos, tais como luta de classes, ideologia e consciência. Do mesmo modo, sublinha Wertsch, ele não disse praticamente nada sobre as relações entre instituições sociais e processos mentais no indivíduo. É neste sentido que Wertsch propõe uma ampliação da análise de Vygotsky: "retomar as reflexões de Bakhtin sobre a natureza do discurso e a estrutura das instituições sociais, para considerar os modos como as instituições sociais interagem com o funcionamento mental do indivíduo" (Fávero, 2005, p. 20).

Assim, nossa prática se fundamentou no exposto claramente por essa autora:

Compatível com esta idéia temos defendido e desenvolvido uma proposta metodológica, tanto para a pesquisa como para a prática psicológica, que procura levar em consideração: a identificação das representações sociais (ou "as vozes institucionais", como sugeriu Bakhtin, referido acima), assim como o paradigma pessoal de cada sujeito que partilha tais representações. Nossa proposta implica na tomada de consciência, no sentido proposto por Piaget (1977), de cada sujeito, a respeito dessas mesmas representações sociais partilhadas e sua relação com as idéias que fundamentam o seu próprio paradigma, assim como as implicações deste paradigma pessoal para a sua prática pessoal e/ou profissional e as possibilidades de sua re-elaboração (Fávero, 2005, p. 22).

Para Fávero (2005) isso implica, do ponto de vista teórico e metodológico:

Considerar as representações sociais, a linguagem e a mediação semiótica, como já colocado, com vistas a uma articulação com a Psicologia do Desenvolvimento. O conceito de mediação semiótica é, no nosso entender, o núcleo e a ligação desta articulação, uma vez que podemos dizer que sua importância vem precisamente do fato de que a experiência para o ser humano, como já dito em outros termos, é livre do imediato. (Fávero, 2005, p. 23).

Trazendo essa proposta teórica e metodológica para ao relato de uma prática psicopedagógica desenvolvida com uma professora de matemática, Fávero (2010) salienta que:

Trata-se, portanto, de uma postura inter e multidisciplinar que fundamenta a seguinte tese: o ser humano se desenvolve através da construção dialética da interação e adaptação com o meio sociocultural, sustentada pelos processos de internalização e externalização que engendram a tomada de consciência e para os quais os sistemas de signos são especialmente importantes, já que se trata de lidar com a representação (FÁVERO, 2005a; 2009).

E salienta que essa postura implica na:

Consideração de pelo menos quatro aspectos teórico-conceituais articulados: 1. A evidência das interações entre as regulações cognitivas e as regulações sociais; 2. O papel da mediação semiótica nos processos de desenvolvimento psicológico humano; 3. Os efeitos dos sistemas de signos no desenvolvimento psicológico e na cognição das comunicações individuais e os modos como as práticas das instituições sociais interagem com o funcionamento mental do indivíduo; 4. A tomada de consciência de que as ações humanas não são aleatórias; ao contrário, trata-se de práticas sociais com um conteúdo que lhes dão fundamento. Por meio desse referencial teórico temos fundamentado a Psicologia do conhecimento (FÁVERO, 2011, p. 50).

Em resumo, e esse foi o aporte teórico-metodológico que adotamos nesse trabalho, essa autora deixa claro que:

Compatível com essas considerações temos defendido uma articulação teórico-metodológica que considera três aportes particulares: a situação interacional, a análise dos atos da fala e a tomada de consciência no sentido desenvolvimental piagetiano. Adotar a análise dos atos da fala produzidos na interação significa defender um procedimento que, ao mesmo tempo, evidencia a tomada de consciência de cada sujeito e evidencia seus processos de regulações cognitivas e metacognitivas, por meio da análise dos processos comunicacionais das interações.” (FÁVERO, 2011, p. 50).

Foram esses os fundamentos teórico-conceituais e metodológicos que fundamentaram o presente trabalho.

III/ Método de Intervenção

3.1. Participantes

Participaram desse trabalho, 3 (três) servidores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, sendo 2 homens e 1 mulher, numa faixa etária média de 40 anos, todos com formação universitária e servidores da Gerência de Habilitação do DETRAN/SEDE.

Eles foram convidados a participar da nossa proposta de trabalho, considerando que eles trabalham no atendimento a deficientes auditivos (DAs) do referido órgão.

Ao longo desse trabalho eles serão denominados de S1, S2 e S3. Reservamos a letra P (psicopedagoga) para fazer referência à nossa própria intervenção psicopedagógica. Todos os participantes já tiveram experiência com a LIBRAS: S1, possui curso básico de Libras com duração de 3 meses; S2, possui curso de LIBRAS

com duração de 08 meses, e S3, possui curso de LIBRAS com duração de 01 ano e é o Gestor principal do atendimento a deficiente auditivo no órgão.

3.2/ Procedimento Adotado

Adotamos como procedimento de intervenção, a proposta de Fávero (2005; 2011) como já exposto anteriormente, isto é: “a situação interacional, a análise dos atos da fala e a tomada de consciência no sentido desenvolvimental piagetiano” (Fávero, 2011, p. 50).

Assim desenvolvemos, como descrito a seguir, 3 sessões de grupo focal, sendo a primeira considerada como uma sessão de avaliação, visto que nosso objetivo era que através das interlocuções entre os 3 participantes, com foco no Decreto nº 24.136/2003, datado de 09 de outubro de 2003, que diz que cada órgão do Distrito Federal deverá contar com servidor habilitado a interpretação da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e também na Lei nº 4.090, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a presença de intérprete de LIBRAS nos Centros de Formação de Condutores-CFCs, alcançássemos a conscientização necessária para um plano de ação que contribua ainda mais para um atendimento estruturado e organizado dos deficientes auditivos no DETRAN/DF e nos CFC's de Brasília.

IV/ A intervenção psicopedagógica: da avaliação psicopedagógica à discussão de cada sessão de intervenção.

4.1/ A sessão de avaliação: primeira sessão de grupo focal - (18/10/2011).

TEMA DO GRUPO FOCAL: “Educação de Trânsito para deficientes auditivos”

A TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DAS INTERLOCUÇÕES PRODUZIDAS DURANTE O GRUPO FOCAL.

P: Vai só os três conversarem entre si sobre o tema “Educação de Trânsito para deficientes auditivos e Surdos”

S2: Vc não vai fazer nenhum encaminhamento? Nada?

P: Então... eu vou ficar calada. Apenas vou interferir se vcs saírem do assunto...

S2: Primeiramente agente vai qualificar qual é o nosso público alvo, né?

S1: mas poderia começar também com o Raimundo (S3) especificando justamente isso q ele tinha falado agora a pouco, que existe as três...

S3: É, na verdade a Legislação de Trânsito enxergou o deficiente auditivo há muito pouco tempo, por quê? Porque até então nenhum DETRAN, nenhum órgão ligado ao trânsito fazia trabalho com deficiente auditivo, tinha alguns deficientes auditivos no Brasil inteiro, principalmente em Porto Alegre, em Curitiba, que eles achavam que não podiam se habilitar por causa de deficiência auditiva. Quando em 1980 foi criado uma Resolução pelo Contran, ela falava já do índice da pessoa ser considerada deficiente auditivo, mas esse índice não impedia ela de se habilitar. Só q nenhum DETRAN fazia isso! E os órgãos normativos, três órgãos normativos q trabalham com Legislação de trânsito, também não tinham, é..., é..., nenhuma iniciativa sobre isso. O DETRAN de Brasília há quinze anos atrás... começou a fazer um trabalho voltado pro deficiente auditivo em razão de algumas pessoas que tinham pouca deficiência, e aí bateu-se na tecla: e a pessoa que não houve nada? Pode se habilitar? Pode? Daí foi então que começou nas câmaras temáticas de habilitação se falar em deficiente auditivo, na época era portadores de deficiência de necessidade especial, hoje mudou essa nomenclatura, hoje é apenas deficiente e aí pega toda a Mosa, cadeirante... deficiente visual... deficiente auditivo... e aí vamos voltar pro auditivo. Brasília foi pioneira a fazer trabalho com deficiente auditivo, taaanto que os outros Detrans vieram atrás... estão vindo atrás! Que nenhum DETRAN tem um trabalho desenvolvido com um tradutor no sentido de dar um suporte pro deficiente auditivo, então de pouco tempo pra cá foi que começou o deficiente auditivo se habilitar.

S1: Tá não só o deficiente, o surdo tb né?

S3: É, o surdo tb. Isso que ela está falando, olha, era aqueles que tinham uma deficiência média... mas se habilitavam, mas háaa, ele não é completamente um deficiente auditivo, a nossa concepção era essa! Se ele usa alguma coisa que é uma prótese ortofônica, apenas vai colocar no campo de observação que ele tem um prótese ortofônica, que é um deficiente com adaptação e o deficiente severo...que é o deficiente auditivo severo, era deixado de lado...

S1: Tá, e depois disso? Aiiii...

S3: Aí depois disso... quando a resolução 80, todo mundo tava batendo nessa tecla, mas o deficiente auditivo, que não houve nada, pode se habilitar? Pode! Aí, foi aí que começou a ter esse trabalho voltado ao Deficiente Auditivo...

S1: mas o DETRAN em si, o Detran/DF nenhuma assim...preparação pra atender esse público, né?

S3: Nãoao.

S1: Porque na verdade quem é hoje tradutor de línguas aqui é você aqui no Detran!

S3: É porque, o quê que acontece...o deficiente auditivo na época, ele ia fazer um exame de etnometria, na clínica e a própria clínica ficava na dúvida! Não! É deficiente! Não pode! Aí é que a gente foi avisando, olha, poode! A Resolução que trata sobre a quantidade de ouvido esquerdo e direito, tem láaa.. é .0,20 em um ouvido... aquilo ali é só pra graduar as categorias que ele não podia dirigir! Por exemplo: eu não lembro qual o grau de audição que a pessoa tinha pra dirigir a categoria “D”, mas deficiente auditivo severo, ele não dirige “D”. Pq é um veículo com uma capacidade maior, com dimensões maiores.

S1: Na verdade a “D”, ela já tem uma série de restrições, não pode...não é só o surdo...

S3: É...então na verdade o deficiência auditiva, dentro da Legislação ela veio só para graduar a categoria que ele podia...

S1: O que agente podia abordar aqui na verdade seria assim, nós Detran/DF tá preparado para atender esse público?

S3: É...hoje o quê que o Detran/DF tem feito: ao longo desses quinze anos vem trabalhando com deficiente auditivo, e o nosso universo de deficiente auditivo aumentou.

É suficiente? Não é! Pq agente tem pouquíssimos tradutores. Tradutores que eu digo é tradutor deeee tá o deficiente ali conversando com você e você tá entendendo tudo o que ele fala e ele também entender tudo o que você está tentando passar pra ele. O auxílio na prova é só no sentido da gente traduzir uma palavra que ele não aprendeu...até porque a Lei...tinha um Projeto de Lei da obrigatoriedade de um tradutor de Libras em todos os Centros de Formação de Condutores que é onde prepara os candidatos pra vir pra cá, fazer a prova junto ao Órgão Executivo de Trânsito. Então o que é que acontecia... não tinha nenhuma prerrogativa, pra você ver como era precário, nem nós tínhamos colocado nos Centros de Formação de Condutores a obrigatoriedade de ter um tradutor de Libras. Aí veio um Projeto de Lei da Érika Kokai que aí o Paulo Otávio veio e assinou, sancionou. E aí a partir de então hoje é obrigatório em cada Centro de Formação de Condutores, quando tiver essa demanda... do deficiente.

S1: Não mas essa aí, esse Projeto de Lei, essa Lei aí não é só pro Detran, é todos os Órgãos Públicos.

S2: Nãao, mas específico de Legislação de Trânsito.

S3: Só um minutinho, só um minutinho, olha o que a ela está falando...a Lei...o Projeto de Lei da Érika Kokai é só pro Centro de Formação de Condutores, agora, a Lei do GDF, assinado pelo antigo governador é que todos os órgãos que fazem parte da esfera do GDF e que façam atendimento ao público, já é outra Lei, tem de ter um tradutor de Libras.

S1: Tá, então já existe essa Lei?

S2: Exiiste! Foi um Decreto. Esse Decreto formaliza que cinco por cento (5%) dos servidores do quadro de cada órgão...

S1: Não, não, não. Tô falando dos Centros de Formação... existe?

S2: Existe!!

S1: Foi aprovado e tudo mais?

S3: Aprovado e tudo mais. Inclusive eu dei uma cópia pra ela.

S1: E o Detran/DF não cumpre essa Lei então!!

S3: Não, o Detran/DF, ele cuuumpre!

S2: A Instrução de Serviço...

S3: A Instrução de Serviço nova que foi publicada já do DETRAN, que é um ato do DETRAN, já foi colocada a obrigatoriedade, ou seja, quem não cumprir quando tiver a demanda é suspenso.

S1: Não, você está falando do Centro de Formação, mas o Detran em si, Detran, assim, não tem esse percentual pra poder agente... porque hoje quando se aplica a prova para um DAAA, é aquela dificuldade! Porque tradutor mesmo, nós temos hoje só você porque nós temos um curso mas é básico, e ele é báasico do básico!

P: Exatamente... eu gostaria...

S3: Deixa eu só comentar o que ela comentou...

P: Só um minutinho...eu gostaria que agente pudesse focar bem essa questão o tema....

S3: Tá. A qualificação do pessoal do Detran hoje que fizeram o curso pelo GDF, ela é precária, porque que ela é precária? Eu digo por mim...eu passei um ano dentro da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e eu saí de lá, eu não sabia tudo.

S2: Com certeza...se agente não tiver uma praticidade...

S3: O curso deles parece que foi de dois meses...

S1: O meu foi de três meses.

S3: Três meses, então três meses não prepara ninguém pra fazer tradução de Libras! O que é que os meninos estão fazendo... estão fazendo o básico do básico...

S1: Até porque agente não tem convivência também...

S3: Então o quê que eu tentei fazer aqui no Detran? Tentei trazer estagiários com deficiência auditiva pra não perder a prática, entendeu? Pra não perder a prática, e é uma idéia que agente vai voltar de novo a tona, a trazer.

S2: Por dois anos consecutivos nós tivemos estagiários com DA trabalhando aqui junto com a gente, trabalhou com você, trabalhou comigo...

S3: Foi, né? Justamente pra manter a prática. Como vai falar se agente houve? Eu preciso falar com quem é do universo do deficiente auditivo. Aí voltando pra questão. O Detran está preparado hoje? Não. O DETRAN não está totalmente preparado totalmente. Até porque não atende ao percentual do Decreto assinado pelo Governador que tem que ter cinco por cento (5%) pra atender quando tiver essa demanda. Todos os Órgãos Públicos que fazem atendimento ao público tem de ter. Não é só o DETRAN não! Fundação de Saúde, Fundação Educacional... qualquer órgão ligado ao GDF que atenda público tem que ter tradutor de Libras. Ao longo desses anos agente vem fazendo um trabalho pra atender esse universo de deficiente auditivo. Já há quinze anos que agente faz na Escola Pública de Trânsito, atende aqui em baixo quando tem deficiente, né? E agente atende com que agente tem. Surgiu agora esse ano um projeto, que é um projeto que é pra gente licitar uma empresa pra fazer as provas pra deficientes com vídeo e aí agente tem a máquina que é um recurso tecnológico atrelada aos Recursos Humanos pra atender. Aí atende cem por cento (100%).

S1: Sim, atende mas nós servidores vamos continuar sem preparo né? Sem estar preparado!

S3: Aí o curso básico deles, serve. Por quê? O que que eles vão fazer? Vão apenas monitorar o candidato, quando ele chega hoje...

S1: Não, não, não...tá, mas aí você está falando na questão de prova, mas eu tô te falando pra você atender ooo deficiente auditivo...

S3: Ah, pra atender o deficiente auditivo que não seja candidato...

S1: É, nós não estamos preparados pra isso!

S3: Que venha parcelar uma multa...agente está preparado? Não. Nós não estamos preparados o suficiente.

S1: Esse Projeto que existe aí desse vídeo, né, com provas com uma Empresa e tudo vai atender a clientela candidato para habilitação, só. Mas quando um usuário DA vier ao Detran pra parcelar uma multa, transferir um veículo, renovar uma Carteira, nós vamos continuar com o problema de não ter condições de atender-lo porque nós não conseguimos dialogar em Libras. O curso não é suficiente pra poder atender.

S3: Hoje, olha. Hoje é o seguinte: nós temos dentro da Supervisão de Medicina, lá aparece um incidência maior, uma pessoa, aliás duuas pessoas. Têm a Raquel e tem uma menina nova que aprendeu o curso de Libras no ensino fundamental e terminando o ensino médio, então...

S2: Têm uma psicóloga também...

S3: Então ela usa muito bem a configuração...

S1: É, o uso desse servidor aí e você que são pessoas mais preparadas, que conseguem dialogar realmente. O servidor que consegue dialogar, na verdade, ele se preparou, mas foi fora. Não foi o DETRAN que investiu...

S3: É, aí a Fátima está falando um capítulo a parte, por exemplo: o curso de Libras que eu fiz tem nada a ver com o Detran.

S1: É isso aí!

S3: Foi de iniciativa própria, porque eu tinha acabaado de terminar o curso de Pedagogia e precisava ter um diferencial e o meu diferencial era aprender uma língua de pouca sensibilidade e eu achei que seria a língua brasileira de sinais, tá e lá na APADA eu passei um ano pra poder ter todo o traquejo pra lhe dar com deficiente auditivo. Porque que ela não tá preparada? Porque ó, ter um ou dois servidores...sempre que um DA vir ao Detran geralmente eu teria que sair da sala, como eu fiz nesses dias e ir lá embaixo fazer o atendimento ao público, pra saber o quê que o DA quer. Esses dias chegou um queria um parcelamento de multas...aí o rapaz de veículos veio aqui me chamar, eu descí, aí descobri que era parcelamento de multa. Daí conversei com ele e ele fez o requerimento, expliquei pra ele que não tinha mais parcelamento de multas, que ele tinha que pagar à vista, porque...aí ele saiu, pelo menos ele foi atendido, então acaba que

sobrecarrega as poucas pessoas que tem. Então, assim, eu sei que não tem nada a ver com o que você está perguntando, mas agente tem a necessidade de se preparar mais com cursos de uma longa duração pra ter realmente a capacidade pra atender os DAS a contento. É bem verdade que a demanda hoje, ela é pouca porque ela é uma demanda de pessoas que não tem uma informação ainda que nos órgãos públicos tem que haver uma obrigatoriedade pra atendê-los, mas você vê a mídia, ó, os partidos políticos todos estão usando...a Língua Brasileira de Sinais quando eles estão falando, tem um quadrinho do lado, não sei se vocês já viram.

S2: Pelo que eu entendi o curso de Libras, ele tem que ser constantemente atualizado, tem sinais, quando eles chegam aqui, tem sinais que eu não conheço, agente pede pra eles informarem pra gente que sinal é esse, né?

S3: É, a Libras tem regionalismo, por incrível que pareça ela tem regionalismo de Libras, por incrível que pareça... por exemplo, o Libras em Brasília...

S1: Mas é como se fosse um sotaque, né?

S3: Só que um sotaque diferente... a Libras de Brasília é diferente da Libras do Rio, algumas palavras...algumas poucas palavras!

S2: E tem deficiente auditivo que não aprende na escola, aprende na rua mesmo com os amigos deles, tem uma linguagem própria deles lá...

S3: E aí na verdade não chega ser uma linguagem, é um dialeto em Libras que eles usam entre si, por exemplo, tem gente que vem fazer prova aqui e não consegue passar nunca. Eu não entendo o dialeto...

S2: E eles não entendem o português...

S3: Eles não entendem Libras... o Libras tradicional que agente aprendeu...

S1: É mais aí na verdade agente não tem como atender mesmo... se ele aprendeu lá no dia, dia dele lá, sem informação nenhuma, agente também não vai atender...o que agente tem que preocupar é assim...com aquele que tem o conhecimento de Libras e que nós teríamos ter obrigação de atendê-lo.

S3: É hoje, como é que o Detran está estruturado? Se agente comparar o Detran com dez, quinze anos atrás, ele está preparado mais do que qualquer outro Detran pra atender o DA, porque nenhum outro Detran hoje faz esse trabalho, inclusive o Detran de Curitiba, por incrível que pareça, ele pegou tudo que agente tem aqui com relação a Libras pra implantar. São Paulo hoje, eles utilizam assim... eles tem tipo um Call Center, quando aparece um deficiente auditivo, eles ligam pro Call Center. Só que no atendimento ao público eles deixam a desejar. Eles ligam pro Call Center quando tem uma demanda pra atender o DA quando ele precisa fazer uma prova ou quando um DA vai fazer uma preparação num Centro de Formação de Condutores. Eles utilizam assim, né? Então, hoooje o Detran, como é que o Detran tá: o Detran tem poucos tradutores. Esses tradutores estão atendendo a contento? Não. Mas estão atendendo, assim... se você for classificar em grau, leve, médio, grave, ele está no méedio. Agente consegue atendê-los.

P: E vocês, vocês acham que nós estamos no médio?

S1: Não.

S3: A Fátima não acha que nós estamos no médio...

P: Então deixa a Fátima falar.

S1: Não, eu não acho, porque olha só, hoje se você me falar assim, vamos atender a um DA? Quem hoje consegue atender perfeitamente, assim, que consegue dialogar e tudo mais... é o Raimundo! Com um servidor só agente não consegue. O Edilmar (S2), ele consegue, mas assim aquilo que está na prova, que ele já até treinou aquilo ali, mas se um DA chegar aqui e falar assim, olha eu quero fazer uma transferência agente não vai saber atender.

S2: Eu consigo! Esses dias agora veio aqui...eu fiz um prévio atendimento e passei já tudo mastigado...

S1: Não sei, eu vejo a dificuldade que é aqui! Eu não sei, eu sinceramente acho que o Detran não está preparado pra isso não.

S2: Agora, que nós temos que nos aperfeiçoar constantemente... isso aí é verdade!

S3: Agora, ó, pra atender hoje, do quê que agente precisa, pegar esse pessoal que tem o curso báasico, que já tem noção, voltar pra sala de aula, fazer um curso mais intensiivo, com muito mais tempo, pra eles poderem terem noção realmente de diálogo e tradução.

S2: E aumentar também a grade de servidores pra dar suporte também...

S3: Porque uma hora ou outra, sabendo que eles tem o curso, alguém vai pedir pra fazer uma palestra em Libras, e aí? Como é que eles vão fazer? Quando eu fui pro Hotel Nacional, fazer uma tradução simultânea naquele inserção no mercado de trabalho pelo SEST/SENAT, eu penei, porque a pessoa que estava do meu lado, falava muito rápido, aí no intervalo eu peguei e falei pra ela, olha fala mais devagar, que eu não estou conseguindo acompanhar...então isso é muito grave. Porque se chegasse assim, olha eu quero um palestra voltada só pra deficiente auditivo pois eu sei que vocês tem cinco tradutores de Libras, escolha um e manda pra fazer palestra e aí complica, porquê? Porque o curso deles é um curso básico!

P: Uma palestra na área de educação de trânsito, né?

S3: É! Uma palestra só pra deficiente auditivo! Eu vou te dar um exemplo...

S1: Olha, hoje existe essa Lei, né? Sobre os CFCs, que tem que ter cinco por cento...mas o Detran em si, professor... não tem nenhum. Por exemplo, você está exigindo uma coisa dos Centros de Formação mas o Detran mesmo não tem.

S3: Não tem nenhum.

S2: A Escola Pública de Trânsito também, nem nunca, não interessa...

S1: Nunca se interessou, pelo que eu saiba não tem nenhum professor...

P: Tem que partir do Detran, né?

S3: Olha só, agente teve um deficiente auditivo que se envolveu num curso de reciclagem... ele tinha acabado de chegar dos Estados Unidos...a polícia foi atrás dele, dando sinal, buzinando e ele não parava...lógico e aí cercaram ele aqui na Esplanada dos Ministérios, ele era filho de um homem importante aqui em Brasília, e aí ia entrar com um Mandato de Segurança contra o Detran porque quando ele apresentou a carteira, a própria agente de autoridade de trânsito não sabia o quê que era e aí quando ele entrou com o Mandato de Segurança, aí me acionaram, aí eu tive que dar as aulas todas em Libras de todas as disciplinas pro filho dele, e aí o Ministério Público, não o Detran atendeu a contento a demanda do deficiente auditivo. Foi daí então que eu comentei pro Marcelo: tem que ter uma pessoa pra poder quando tiver esses casos, o professor tem que estar capacitado pra isso!

S1: Tem que ver o que é específico do Detran, por exemplo: o curso de reciclagem, tem condutor, hoje os CFCs não pode ministrar curso de reciclagem...não tem outra entidade que seja autorizada a fazer isso, somente o Detran. Se o condutor de DA tiver de passar por um curso de reciclagem nós não temos como atendê-lo porque nós não temos nenhum professor na Escola Pública de Trânsito que esteja preparado pra isso!

S3: Ele terá que ir acompanhado por uma pessoa da família, com um tradutor, porque naaa deficiência do órgão ele tem que ser flexível em deixar entrar um tradutor pra poder auxiliar lá nas aulas, né? Porque nem todos são oralizados. Porque o oralizado ele lê os lábios, mas e aí quando o professor vira as costas acabou a matéria. Então hoje pro Detran se estruturar além do que agente tá fazendo é criar um curso intensivo de longa duração pra sair do básico e ir pro avançado...

S1: Hoje o Edimar (S2) e o Raimundo (S3) são praticamente sobrecarregados. Tem gente que até auxilia mas não consegue dialogar...

S3: É conversar mesmo. Porque ó eles saindo do básico e indo pro avançado eles vão ficar em um estágio que eles podem atender qualquer pessoa.

P: É vocês estão falando assim levando pro lado da solução da questão...

S3: Da solução.

P: Dentro do tema educação de trânsito para esse público... alguma coisa mais específica que vocês teriam mais pra dizer?

S1: Eu acho que primeiro: teria que preparar o servidor. Agente, sim, teria condições de fazer...ministrar uma palestra...alguma coisa nesse sentido, porque primeiro tem que preparar! Não adiantar eu querer falar assim: haa, eu vou trabalhar o trânsito, se eu não conheço eles.

P: Mas falando humanisticamente, o atendimento em si pra essas pessoas, a questão do tratamento, a questão do você saber falar em Libras... essa preparação...o que que vocês acham?

S3: É possível! É totalmente possível, hoje...

P: mas nem todo mundo gosta, né?

S3: Nem todo mundo gosta...

P: E a motivação do servidores com relação a isso? Como que seria?

S3: Tem servidor que gosta mesmo e tem todo esforço de aprender, mesmo que não aprenda ele quer aprender, ele quer se comunicar, ele quer entrar nesse universo de deficiente auditivo, ele quer fazer parte disso. Até porque é uma maneira dele se sentir mais do que útil. Porque é uma unidade totalmente desconhecido pro ouvinte. Ele tá entrando no mundo do deficiente auditivo.

S3: Então dentro da Educação nós melhoramos... melhor do que qualquer outro DETRAN!

S3: Todos os DETRANS hoje que trabalham na parte de formação de condutores... reciclagem de condutores... todos eles, eles não tem um trabalho otimizado como precariamente nós temos voltado pro deficiente auditivo. Hoje nós temos os instrumentos, o quê que é? O Decreto do Governador... que obriga os órgãos ter! A Instrução de Serviço do DETRAN obriga os Centros de Formação de Condutores a ter, queee já era por força de Lei, né? Assinado pelo Paulo Otávio, que já era pra existir esse instrutor de Libras pelo CFC. Agente só reforçou! Pra se credenciar obrigatoriamente o CFC tem que ter um tradutor de Libras quando aparecesse a demanda, entendeu? Alguns fazem assim, quando aparece a demanda... por exemplo teve agora treze... eles juntaram um grupo de treze e trouxeram um tradutor pro Centro de Formação... e aí prepararam os treze, ontem três fizeram a prova comigo desse Centro de Formação de Condutores, então hoje se você for comparar como o deficiente vem sendo tratado no que diz respeito à educação no trânsito... os instrumentos agente tem, tá faltando mais recurso humaaanos... que recurso legais. No passado não tinha nenhum recurso legal, mas assim, olha, nós temos o esteelho, nós temos que cobrar! Hoje eles sabem dos direitos deles... eles vem aqui... taaanto que tem alguns deficientes auditivos que eles exigem... olha, eu quero uma saaala, só com um tradutor e aí agente vai só com um tradutor... porque eles sabem dos direitos deles! Antes não tinha nada disso! Agente pegava o tradutooor, na maior boa vontaaade pra tentar auxiliá-lo, mas sem ter nenhum esteio pra dar amparo. Porque eles sabiam que o código poderia habilitá-los, porque era também um direito assegurado pela Lei 9.503, entendeu?

P: Tá. Então só pra concluir, pra fechar... vocês querem falar alguma coisa sobre isso, fechando o assunto?

S1: Não, na verdade o que eu gostaria mesmo era que o DETRAN investisse, ele mesmo na preparação dos servidores pra poder atender essa clientela, porque realmente nós não temos condição de atender. Eu acho que tem que ser pros interessados, sim... que... que... acho que é possível agente fazer um bom trabalho com eles, mas... falta o interesse, né? Do DETRAN deee... investir nisso aí.

S3: A Lei tá falando que a parte do atendimento no geral... agente tem um do projeto básico que já está com a Direção.

S1: Mas agente não pode ficar preocupado só com a aplicação de prova, né?

S3: Não, lógico, deixa eu explicar... só pra atender candidatos à obtenção, né, da prooova... mas isso é uma parte. Se agente conseguir então realmente juntar todo o atendimento e a prova ser apenas um detalhe, perfeito. Agente precisa realmente treinar esses funcionários saindo do básico para o avançado pra poder atender a contento.

- Discussão da 1ª Sessão de Avaliação Psicopedagógica.

Diante da transcrição procedemos à sua análise por meio da identificação dos temas sugeridos nas interlocuções dos participantes.

Identificamos 11 temas: 1/ Leis de Obrigatoriedade do atendimento ao DA; 2/ Despreparo do servidor do DETRAN/DF para responder essa Legislação; 3/ A Legislação e os Deficientes; 4/ Detran de Brasília e a Legislação para o DA; 5/ A Lei nº 4.090, de 30 de janeiro de 2008 (projeto de Érika Kokai) e os Centros de Formação de Condutores; 6/ Cumprimento da Lei nº 4.090, de 30-01-2008; 7/ A qualificação dos servidores do DETRAN/DF para responder à Lei nº 4.090, de 30-01-2008; 8/ Curso de Libras; 9/ Falta de servidores capacitados em Libras no DETRAN/DF; 10/ A relação dos servidores do DETRAN/DF com os deficientes auditivos; 11/ A necessidade do DETRAN/DF investir na capacidade dos servidores e atender os deficientes auditivos.

Podemos ver que todos os temas referem-se a uma questão básica administrativa da qualificação dos servidores do DETRAN para o atendimento dos deficientes auditivos.

Esses temas foram objeto da 2ª e 3ª sessões de intervenção. Nosso objetivo era facilitar por meio da discussão a busca de consenso entre os participantes, a elaboração de propostas para que eles, servidores do DETRAN, encaminhassem à administração do mesmo.

**4.2/ A sessão de avaliação: segunda sessão de grupo focal -
(25/10/2011)**

TEMA DO GRUPO FOCAL: “Educação de Trânsito para deficientes auditivos”

**A TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DAS INTERLOCUÇÕES
PRODUZIDAS DURANTE O GRUPO FOCAL.**

P: Ok, agente falou sobre...um dos temas que agente falou na conversa passada foi sobre Leis de obrigatoriedade do atendimento ao deficiente auditivo, né? Então agente pode começar sobre essas Leis.

S3: A obrigatoriedade das leis... ó, nós temos uma lei, que ela foi sancionada pelo Congresso Nacional...e ela fala sobre o símbolo, de colocação visível onde as pessoas fazem o atendimento ao portador de deficiência auditiva, então eu fiz questão de colocar esse símbolo ali que é a Lei 8.160 de 91, esse símbolo é inclusive internacional, todo mundo na porta tem que ser colocado esse símbolo. Ele se universalizou. O deficiente auditivo se baseia por esse símbolo, depois...agente tem uma lei... que é aquela que eu falei que foi assinada na época pelo Paulo Octávio que é a 4090 de janeiro de 2001, na verdade em se tratando de Detran o que que essa Lei fala... ela fala que todos o Centro de Formação de Condutores tem que ter, obrigatoriamente, quando tiver a demanda de deficiente auditivo um tradutor de Libras, inclusive nós colocamos ela na última Instrução de Serviço, pra se credenciar como CFC ele tem que ter um tradutor de Libras é um pré requisito básico hoje para a pessoa é... pedir o pleito...

S2: Se credenciar, né?

S3: Pra entrar com o credenciamento. Além disso agente tem umas Leis que são Federais, que uma Lei da Presidência da República que ela estabelece normas e critérios básicos para acessibilidade de pessoas cadeirantes, deficientes auditivos.

S3: Temos também uma Lei, que ela fala sobre a obrigatoriedade dos órgãos públicos...que fazem... só sobre o GDF.

S2: É um Decreto, né?

S3: É um Decreto Distrital, que trata especificamente do Distrito Federal, ele não dá prerrogativa pra atender fora, mas no Distrito Federal, dos órgãos ligados ao GDF, eles tem de ter um tradutor de Libras.

S2: Ele cria a proporcionalidade de percentual de servidores dentro dos órgãos públicos pra atender DAs.

S3: No mometo que tem um serviço prestado ao público e derrepente esse público for um deficiente auditivo, o serviço público tem que disponibilizar um tradutor de Libras, então todo GDF tem que ter isso, né? Então hoje agente trabalha baseado por essas Leis aí que eu te falei. Aqui em Brasília agente tem a figura do CODEGE, o que é o CODEGE? o CODEGE na verdade é um conselho de defesa dos direitos de pessoas com deficiência, só que fala de deficiência de toda monta, aí o Departamento de Trânsito tem um representante, o representante era eu! Eu ia pro CODEGE toda semana...pra atender as demandas...

P: É você.

S3: É.

S2: Não... foi no passado. Hoje o Detran não tem nenhum indicado.

P: Hum, tá.

S3: Hoje o quê que acontece... hoje o Conselho, ele nomeia conselheiros, então cada órgão ligado ao GDF, ele tem que ter um conselheiro. Qual o papel desse conselheiro? Todas as demandas que existir em razão de deficiente... de toda a monta! Cadeirante... visual... auditivo, você como representante daquele órgão tem de agilizar junto à sua Direção Geral... dizer assim, olha, tem um deficiente cadeirante, que precisa de uma rampa... agente não tem uma rampa, precisa colocar...

P: Aí eu vou te interromper, porque um outro tema é... a legislação e os deficientes em geral, então vocês vão falar agora só sobre as leis de obrigatoriedade de atendimento ao DA. Aí quando esgotar, agente passa pro outro tema.

S3: Ao DA...

S2: É só o Decreto, só.

S3: Agente tem o Decreto... agente tem o símbolo que retifica o local, e tem também a Lei do Paulo Octávio que é a 4090, que fala da obrigatoriedade de ter em órgãos públicos é... um tradutor pra quando tiver um aluno, um candidato a obtenção da CNH. Esse são os dispositivos. Em cima disso o que é que o DETRAN faz? O DETRAN antes da Lei já fazia! Mesmo sem saber que tinha Lei o DETRAN já fazia. Já atendia os deficientes auditivos sem ter nenhuma prerrogativa, ele atendia porque tinha a Resolução 80 de 98 que dá a quantidade de decibéis pra pessoa tirar a categoria A, B, C, D ou E. Aí tem umas categorias... que dependendo da caixa de ressonância da pessoa, ele não tira. Então o deficiente auditivo poderia, na época, tirar a B, mas ninguém sabia como que ia fazer com o deficiente auditivo... foi então que o DETRAN começou a fazer um trabalho de tradução junto aos deficientes auditivos pra poder inserir nessa leva de candidatos que querem fazer a obtenção de dirigir, que até então não tinha.

S2: Esses condutores também, na época, não eram nem aferidos pela junta médica, como deficiente auditivo! Tanto é que eles entravam em bancas normais...

S3: E nunca passavam...

S2: É... não passavam por falta de instruções, né?

S3: Na prova teórica... eles nem iam pra prática, porque a teórica já segurava eles, entendeu? Então em relação ao que era feito antes e ao que é feito hoooje, na verdade as leis só vieram reforçar a legalidade do que o DETRAN já fazia! O DETRAN fazia apenas em cima da Resolução 80 de 98 só. Só tinha esse documento, que lá falava: acuidade auditiva... 0,20 no ouvido de melhor audição... entendeu? E aí, como agente sabia que o deficiente podia se habilitar, agente começou a fazer um trabalho voltado pro deficiente, sem ter Lei nenhuma! Que dissesse: olha o DETRAN precisa de um tradutor! O DETRAN precisa ter um professor no Centro de Formação de Condutores pra formar... não tinha nada disso! Como existia a 80... que já dava essa prerrogativa... porque olha, na verdade a Legislação de Trânsito é muito cruel com o deficiente. O auditivo... qualquer deficiente, ela é muito cruel.

P: Explica isso de ser muito cruel...

S3: Porque ela não enxergava muito eles! E os órgãos executivos de trânsito não tinha adaptação...

P: Então a Legislação de Trânsito eeera muito cruel, mas agora com as leis de obrigatoriedade...

S3: É... a nossa rampa aqui, que você viu aqui, ela só foi colocada porque nós fomos forçados a colocar... então o deficiente auditivo a mesma coisa! A relação de deficiência que nós temos em razão ao nosso ambiente, ela é a mesma, em se tratando de qualquer deficiência! Auditiva... visual... então o quê que acontece... o DETRAN fez esse trabalho... e futuramente o que é que aconteceu? As leis vieram e ratificaram o que o DETRAN já fazia. Ah, o DETRAN já faz tradução? Então bom. Agente

vai criar uma Lei que dê obrigatoriedade pra o Centro de Formação ter um tradutor de Libras... Ah, o DETRAN forma deficiente auditivo? Então agente vai criar uma Decreto em que agente vai obrigar, obrigaaar, que todos os órgãos de atendimento ao público, inclusive o DETRAN faça atendimento a esse público de deficiente auditivo, entendeu? Então as leis, elas vieram apenas pra nós, no caso, DETRAN de Brasília...

S2: Complementando, né? O nosso atendimento, né?

S3: Só pra... ó, façam o que vocês estavam fazendo antes, porque é o certo. As Leis vieram depois! Entendeu? Então quando eu falo que o DETRAN está a frente dos outros DETRANs... ele tá a frente mesmo! Até de São Paulo!

S2: Tanto é que existem algumas fiscalizações de trânsito que foram criadas no âmbito do Distrito Federal que hoje foi abrangida pra todo Território Nacional! Por exemplo: Vaga pra idoso, vaga para deficiente físico, entendeu? Tudo isso foi criada aqui primariamente para depois se expandir para o resto do país.

S3: É, ó, outro exemplo prático, a Escola Pública de Trânsito, ela existia antes da Lei 9.503 de 97, tanto que os condutores que se habilitaram a partir de 93, de agosto de 93 não precisa, porque eu estou falando isso pro deficiente? Porque é a mesma coisa pro deficiente! Muito antes do deficiente ter uma prerrogativa de Lei o DETRAN já fazia... entendeu? Daí a relação. Agente tá relacionando esse assunto com o deficiente auditivo, porque a Lei na verdade, ela veio dizer: olha DETRAN, continua fazendo, tá certo. Agoora existe uma Lei, só que pra nós não foi novidade. O quê que nós estamos fazendo hooje? Hoje agente tá melhoraando esses serviços. Melhorando em que sentido? Em preparar melhor os tradutores... em fazer um prova de Libras audio visual... pro deficiente auditivo, né! Hoje se agente tiver uma demanda. Um deficiente auditivo numa reciclagem, agente tem condições de atender? Tem condições de atender sim! Os deficientes que chegam aqui em baixo e querem falar a respeito de multa e qualquer coisa, eeu desço e atendo lá! Os que chegam lá no Sia a Rachel atende! Então hoje não existe esse negócio, ah, tem só uma pessoa pra atender. E não considero uma pessoa de libras aqui no DETRAN... eu considero os meus amigos... a Rachel... o Edilmar, entendeu? A prova disso é que a imprensa teve ontem aqui, procurou o DETRAN pra saber como era o trabalho desenvolvido pelo DETRAN junto aos portadores de deficiência, foi pela TV Bandeirantes.

S3: A empresa aqui justamente perguntando como é que o DETRAN atendia o deficiente auditivo e daí eles vieram aqui na minha sala... e me perguntaram quais são os procedimentos que o deficiente auditivo deve adotar pra se habilitar. Daí eu expliquei pra eles, que o deficiente auditivo... a única diferença é que ele vai ter um atendimento especial.

P: Com que objetivo eles vieram aqui? Uma reportagem específica...

S3: Vieram do nada. Eles vieram aqui porque eles já sabem que agente faz um trabalho... a empresa não sabe que agente faz esse trabalho! Daí eu descí aqui pro pátio do DETRAN e expliquei os passos, qual a sequência lógica. Expliquei que o deficiente auditivo por ter a limitação da voz... agente tem um atendimento especial pra eles. Nós temos 30 clínicas credenciadas que atendem o deficiente auditivo, é o primeiro passo que ele tem de adotar. Ele vai à clínica, faz os exames, posteriormente os familiares entram em contato agendam a marcação da prova teórica, quando ele tiver passado pelo curso de formação... quando vem a prova, ele vem e faz com o tradutor de Libras, totalmente diferente do outro que ouve, né? Porque até então a empresa não sabia disso! E eu creio que até muitos deficientes não sabem! Agente tá até planejando colocar no site do DETRAN um linking voltado só pra deficiente de toda monta. Não só deficiente auditivo, todos.

P: Vocês têm mais algumas coisa específica pra falar sobre Leis de Obrigatoriedade do atendimento do DA ou agente passa pra Legislação e os deficientes em geral?

S3: A Legislação e os deficientes. A Lei de obrigatoriedade do atendimento do deficiente auditivo, ela é todo o leque de informações que eu te passei, então as três: a simbologia internacional, que foi criado por Lei, é... a obrigatoriedade dos órgãos que fazem o atendimento no Distrito Federal, atender e criado por Decreto e a outra Lei que dá a obrigatoriedade de todo Centro de Formação de Condutores ter um tradutor de Libras. Agora a Legislação de deficientes. A Legislação... ela em termos gerais, ela ainda é muito vaga, entendeu? Ela agora porque viu as pessoas fazerem esse atendimento, elas começaram a ter... a existir! Porque até então elas não existia! Então hoje nós temos amparado pela Lei a obrigatoriedade de fazer o atendimento do deficiente auditivo! Não tem como, todos os DETRANs de todo o País tem de atender o deficiente auditivo. O deficiente de toda Monta tem de ser atendido.

P: Como qualquer outro órgão, né?

S3: Como qualquer outro órgão! É obrigatório. Tem de ter o tradutor de Libras... aliás o DETRAN de Brasília foi pioneiro de fazer esse tipo de atendimento. Eu não conheço outro órgão do GDF que começou a fazer atendimento do deficiente auditivo. Eu desconheço, porque há quinze anos atrás nós já fazíamos isso na Escola Pública de Trânsito.

P: Você desconhece qualquer outro órgão...

S3: Que há quinze anos atrás já fazia atendimento a deficiente auditivo.

P: Você considera então que o DETRAN foi o primeiro?

S3: Que o DETRAN foi o primeiro, aliás o DETRAN/DF foi pioneiro no Brasil em fazer atendimento pra candidatos a obtenção, permissão pra dirigir. Os outros órgãos executivos de trânsito... eles ligam pro DETRAN/DF, e querem saber: olha eu quero saber como vocês atendem o deficiente auditivo.

P: Mas aí você fala: os outros órgãos executivos, seriam os de outros estados do Brasil?

S3: É, eu tô falando dos órgãos que atendem. Quer dizer, eu nem sei se eles atendem hoje, entendeu? Porque o que que eles fazem hoje? Sempre que eu tô em palestras ou em câmara de habilitação... eles chegam a mim e dizem: Raimundo, eu quero tudo que você utiliza pra atender o deficiente auditivo no seu estado. Aí eu acabo passando... a Lei Distrital... os Decretos... a Lei Internacional de Simbologia... pra eles poderem ter um norte, pra eles começar a fazer.

P: Como é que... Raimundo, está tudo interligado, o próximo tema que foi levantado na convesa que agente teve, foi: Detran de Brasília e a Legislação para o Deficiente Auditivo.

S3: Ó, o DETRAN de Brasília, ele tem um Decreto que dá obrigatoriedade pra nós fazermos atendimento com o tradutor de Libras, e nós temos uma Lei que obriga que todo Centro de Formação de Condutores tem que ter um tradutor de Libras. Como é que o DETRAN/DF se ampara hoje? Ele se ampara pra atender o deficiente auditivo, num Decreto do Governador onde nós temos que ter um tradutor de Libras pra atender o deficiente auditivo. Isso é obrigatoriedade que o DETRAN/DF tem. Assim como outros órgãos que fazem atendimento ao público.

P: Vamos falar sobre o despreparo do servidor para atender essa Legislação.

S3: Ó, em relação ao despreparo do servidor, eu nem coloco como despreparo, porque o quê que os servidores tem hoje como Libras, eles tem curso básico de Libras que foi dado pelo GDF. E o curso básico de Libras dado pelo GDF, ele dá mais ou menos uma base pra você atendê-lo, agora, se você for entrar em conversação, se você for entrar em leitura de textos mais extensos tem poucos funcionários do DETRAN/DF que tem esse domínio da Língua Brasileira de Sinais. Agora, o que nós temos hoje, atende a demanda. O que nós temos hoje no DETRAN, por exemplo, estrategicamente no DETRAN... agente tem lá o SIA, no Núcleo de Medicina, que é a Gerência de Saúde, agente tem uma tradutora de Libras. E lá vai muitos deficientes. Inclusive deficiente auditivo. Então, quem é que faz esse trabalho? A Rachel, que é tradutora de Libras! Quando eles vem pro Sia e tem qualquer pessoa que esteja no atendimento ao público e que precisa de um tradutor, a Rachel sai do seu setor e vai fazer a tradução.

Aqui no Plano Piloto, no DETRAN Sede, o quê é que nós fazemos, temos mais dois tradutores de Libras!

P: Mas no caso... lá um deficiente auditivo que se dirige ao DETRAN do Sia pra efetuar, por exemplo, uma transferência de veículo, se a Rachel não tiver, não tem outro servidor, não é isso?

S3: Não, pelo que eu sei, tem uma menina que trabalha com a Rachel, eu só não lembro o nome... ela também domina Língua Brasileira de Sinais, não lembro o nome dela. Nesses dias até tive conversando com ela lá. Se a Rachel se ausentar ou sair de férias, que é o caso, ela vai substituir a Rachel.

P: Então tem duas?

S3: Tem duas pessoas lá. Aqui no DETRAN Sede nós temos três pessoas. Tem eu, tem o Edimar e tem a Fátima.

P: A Fátima disse que não domina... ela disse que não dá conta.

S3: É... ela alega que não domina... porque ela fez o curso básico, mas o Edimar que fez o mesmo curso básico, ele domina numa boa, entendeu? Então, na verdade o quê é que nós precisamos hoje? A demanda de deficiente auditivo não é grande! Agente não precisa ter um batalhão, um tradutor para cada deficiente auditivo!

P: Tanto é que a Lei estipula uma porcentagem de...

S3: Parece que de 5% (cinco por cento)! É muito pouco! Agente não precisa de um batalhão! Até porque não é todo dia que vem um DA aqui no DETRAN! Então eu ratifico que o DETRAN tem condição suficiente para atender o deficiente auditivo! Quem falar o contrário tá mentindo! Todos os DAs que nos procuram aqui, eles saem satisfeitos, porque? Eles vêm que tem uma, duas pessoas que atendem o deficiente auditivo. Antigamente quando não tinha nenhum tradutor, o índice de reprovação do DA era 100%! Hoje o índice de aprovação do DA é de 80% de aprovação... pouquíssimos reprovam. Reprova aquele que realmente tem uma escolaridade muito baixa e as vezes nem domina a própria Língua Brasileira de Sinais, mas os que vem fazer prova com agente aqui, a maioria, quase na sua totalidade, eles passam na prova teórica. Então se falar assim, ah! O DETRAN não tá preparado! Tá. Tá preparado sim. Pra demanda que agente tem hoje, tá preparado! Agora, se nós tivermos que equipar-mos com recurso humanos a Escola Pública de Trânsito, aí sim... a Escola Pública de Trânsito por ser uma Escola Pública... ela tem que ter.

P: O que você acha... você falou da EPT... o que poderia ser feito pra cumprir organizadamente... falando de estrutura... de organização... a Legislação pro atendimento ao deficiente auditivo?

S3: Olha, a Legislação de Trânsito já traz todo embasamento pro Órgão Executivo de Trânsito ter os seus tradutores de Libras. Em relação a Escola Pública de Trânsito é um lugar essencial que tem de ter um Tradutor de Libras. O que eu vejo hoje é que tá faltando uma reestrutura, uma reengenharia na Escola Pública de Trânsito, porque? Tem que ter plano de ensino, tem que ter plano de curso, tem que ter plano de aula. Se tem um professor que vai voltar pra clientela DA, ele tem que pegar o plano de curso da Escola Pública de Trânsito, tem que estar previsto no plano de curso, tem que tá previsto no plano de ensino e tem que tá previsto no plano de aula, inclusive dele, que o objetivo dele é passar pra todos os alunos, independente de ser cadeirante ou DA, ou ouvinte, entendeu? Então na verdade falta hoje que os professores... a proposta de um professor sem um diferencial, ela se resvala na educação. O que nós não podemos deixar é que a proposta da educação se resvale como uma correnteza desgovernada. Porque geralmente o que acontece é o seguinte: Ah! Eu vou dar aula! E aí não se prepara... não faz plano de aula, não faz uma prévia do que vai dar em sala de aula... não sabe se na sala de aula tem um DA... se tiver... ele vai ter que ter esse diferencial, né? E não são todos... então eu acho que a Escola Pública de Trânsito, por ser uma EPT... e com a especificidade de trânsito, agente tem que tá melhor preparado, principalmente em relação ao deficiente de toda monta, em especial o DA

P: Você fala no caso de professor e instrutores, né?

S3: Professor.

P: Pro atendimento em sala de aula pro deficiente?

S3: Pro deficiente! O exemplo é o seguinte: nós tivemos, nesses anos todo apenas um DA que foi pro curso de Reciclagem. Chamava Alexandre Adini. Ele foi pra sala de aula... e eu tive que ministrar todas as disciplinas em Libras pra ele. Porque? Porque as outras disciplinas que eu não dominava não tinha um professor qualificado em Libras. Aí o quê que eu fiz? Em pouco tempo, eu tive, além das outras disciplinas que eu dominava, ter noção das outras disciplinas pra poder ensinar pro DA todas as disciplinas em Libras! Então agente tem de ter esse diferencial. Agente tem de tar preparado pra atender essa demanda. Não só a demanda de DA, mas a demanda até de ouvintes. Porque hoje, se agente não tiver uma estrutura montada dentro dos parâmetros curriculares dentro do PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), é a nova reestrutura que trouxe o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Então os PCNs vêm trazer uma reengenharia da educação no Brasil... dizendo: olha, a educação hoje não é como antigamente a educação é pra vida! É pra preparar o cidadão pra vida! Então se fala muito em interdisciplinaridade mas ninguém sabe o que é interdisciplinaridade. É você ter a matéria de Legislação, você tá dando aula de Legislação e derrepente você interdisciplinar um outro conteúdo não fugindo de Legislação. É como você tivesse dando aula de matemática e na aula de matemática e dentro da matemática você falasse um pouco de Estatística de acidente de trânsito, entendeu? Então... na verdade os PCNs é uma ferramenta poderosíssima pra Escola Pública de Trânsito. Eu particularmente, eu acho que a EPT deveria ter essa ferramenta que é os PCNs. O próprio MEC dá os PCNs. Se você for lá... olha, eu quero os Parâmetros Curriculares Nacionais. Eles dão. É uma caixa desse tamanho, verde e amarela. E aí vem parece doze módulos. E aí cada módulo vem com um título... e por aí vai. E isso toda Escola Pública tem hoje no Brasil. Porque elas estão reestruturada com o ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos. A nossa Escola Pública de Trânsito tem que ter isso! Porque senão ela não é um Escola Pública! Ela é uma Escola, e escola tem muitas. Agora as escolas públicas boas tem poucas! Daí a importância de ter os PCNs lá dentro.

P: O próximo tema é o Projeto de Lei da Érika Kokai e os Centros de Formação de Condutores.

S3: Ó esse Projeto de Lei da Érika Kokai, não é mais projeto, ele já é Lei. É a 4090, ela virou Lei assinada pelo Paulo Octávio... onde os Centros de Formação de Condutores tem a obrigatoriedade de ter quando tiver a demanda de deficiente um tradutor, inclusive é um requisito pra um credenciamento e pra credenciamento de novos CFCs.

S1: É, existe um percentual pra... mesmo que tenha um?

P: Mesmo que tenha um o quê?

S3: Deficiente auditivo. É requisito. Então esse tema aqui já está abatido. Já virou Lei aprovada pelo Paulo Octávio... é a 4090...

S1: Deu prazo pros CFCs se adequarem?

S3: Demos praaazo, inclusive o prazo da Lei já expirou faz é tempo.

S1: Então eles já estão atendendo?

S3: Já estão atendendo... inclusive ontem, quando a televisão teve aqui... nós falamos dessa obrigatoriedade os CFCs terem um tradutor de Libras, tá? Não é mais projeto, já virou Lei.

P: O conteúdo da Lei...

S3: O conteúdo da Lei... ela fala o seguinte:

S1: É CFCs "A" e "B", ou só categoria "A"?

S3: Só os CFCs que trabalham com formação.

S1: Não, com formação os dois trabalham. Na verdade é só a parte teórica, então?

S3: Aqui ó, fica instituída a obrigatoriedade da presença de intérprete de Libras pelos Centros de Formação de Condutores em fundamento no Distrito Federal em curso de preparação para o trânsito sempre que houver alunos surdos matriculados em tais cursos,

S1: Aí não ficou claro se é "A" e "B", mas é o dois né?

S3: É os dois. Quando tiver um deficiente, ou pegando aula prática ou pegando aula teórica tem que ter o tradutor de Libras.

P: Independente de categoria...

S3: Independente de categoria, tá? É a Lei 4090 de 2008. Ela foi assinada pelo Paulo Octávio em 2008.

S1: Uma parte aqui... não existe, ela procurando uma categoria, eu lembrei do "A", né? O DA não tem nenhuma restrição...

S3: Não, não tem nenhuma restrição não. Ela se habilita! Quais as restrições do DA? É... tá previsto em Resolução a quantidade de decibéis que a pessoa pode dirigir veículo com transporte de mercadoria! De dimensões maiores...

P: O que vocês acham da relação dessa Lei que adveio do Projeto de Lei da Érika Kokai com os Centros de Formação de Condutores?

S3: Excelente! Porque eles não tinham como cumprir. Eles não tinham nenhuma obrigatoriedade de cumprir. De ter intérpretes de Libras. Agora eles tem!

P: E o DETRAN tá fazendo essa exigência?

S3: Tá. O Núcleo de fiscalização quando tem a demanda de DA eles vão lá. Porque os próprios parente do deficiente denuncia. Só isso...

- Discussão da 2ª Sessão de Intervenção Psicopedagógica.

Levamos para a segunda sessão os 5 primeiros temas visando aprofundá-los.

Apresentamos os temas, um a um, digitados em papel A4, com fonte times tamanho 36. Cada um deles era apresentado ao grupo para discussão. Depois que a discussão do tema anterior havia se esgotado e uma conclusão elaborada, iniciávamos o tema seguinte.

4.3/ A sessão de avaliação: terceira sessão de grupo focal - (08/11/2011).

TEMA DO GRUPO FOCAL: “Educação de Trânsito para deficientes auditivos”

A TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DAS INTERLOCUÇÕES PRODUZIDAS DURANTE O GRUPO FOCAL.

P: Cumprimento da Lei da Érika Kokai.

S2: Nós estamos cumprindo, aqui no âmbito do Distrito Federal... estamos cumprindo ela! Você vê alguma coisa Raimundinho que agente não está cumprindo?

S3: Nós estamos cumprindo!

S2: Passa pra próxima...

P: Não, mas aí fala mais um pouquinho... de que forma?

S3: Agente tá atendendo os deficientes auditivos! O que é que a Érika Kokai colocou? O cumprimento dessa Lei aí é que o Centro de Formação de Condutores, eles tenham tradutor de Libras. Essa pergunta na verdade você deveria fazer pra um CFC!

S2: Mas tem um detalhe aí, nós tamos cumprindo a partir do momento que o Departamento de Trânsito normatizar essa Lei. Qual é a normativa do Detran? A Resolução 267/2011 fazer o cumprimento dessa Lei. E hoje pra eles se credenciarem, eles tem que ver... esse... profissional de Libras pra atender seu público alvo, os DAs.

S1: Os DAs estão tendo... já chegou alguma reclamação aqui no Detran que... estão tendo dificuldade de ...

S2: Geralmente chega e agente direciona pra um CFC que tenha o atendimento pra eles... clínica também...

S1: Tá, quer dizer então que não todos os CFCs que tem... que tão atendendo assim, não tem?

S2: É, isso aí. Mas agora nesse recredenciamento, todos tem que ter.

P: É porque o Detran é que faz a exigência do cumprimento da Lei. O Detran, vocês consideram que tá fazendo isso?

S2: Sim... através da instrução normativa interna nossa, fazemos sem passar isso pros nossos credenciados, nós estamos cumprindo.

S1: Na verdade o recredenciamento está exigindo essa obrigatoriedade de eles terem esse profissional! Então, DETRAN tá sim cumprindo. Isso já é um item que...

S3: Só um requisito.

P: A qualificação dos servidores do DETRAN pra responder o projeto da Érika Kokai.

S3: Ó, não é mais projeto, já é Lei! Pra atender a Lei...

S1: Tá, e os servidores do DETRAN, nós atendemos o DA que vem fazer prova! Porque essa Lei da Érika Kokai é para que os CFCs tenham o profissional lá pra instruir! Essa parte de instrução não tem nada a ver com o servidor! Entendeu? Porqueee, a Lei é para que os CFCs tenham esse profissional lá no quadro deles lá de funcionários. Agooora o quê que o DETRAN tem a ver com isso? É só exigência no recredenciamento! Porque nós DETRAN é... trabalhamos com os DAs, mas no exame! Entendeu?

P: Curso de Libras...

S2: O que é que tem?

P: Pra falar sobre Curso de Libras!

S2: O Departamento de Trânsito não tem fornecido pro servidor todas as atualizações!

S3: O Curso de Libras que o GDF fornece, ele não é um curso bom...

S2: Espera aí Raimundo! Depeeende... o meu foi bom!

P: O seu de três meses?

S2: Não, de um ano!

S3: Mas porque que todos eles reclamam que é um curso básico? Se é um ano?

S2: O meu não foi de três meses, foi de um ano. O primeiro curso mais ou menos em 2005 ou 2006!

S1: Não, o meeu foi básico! De três meses... agora no ano passado.

S2: São três cursos distintos, eu, Rachel, Cleuza ... e algumas outras pessoas fizeram o primeiro aqui dentro do DETRAN. 120 horas aulas...

P: Então o Edilmar consegue se comunicar, mas ele fez esse mais estendido!

S2: Agente sempre precisa sempre de uma atualização porque...

S1: Esse curso aí já não tem condições...

S2: O meu, alguns começaram e largaram, mas foi bom. Achei puxado, duas vezes na semana, mas foi bom.

S1: O DETRAN deveria investir mais nessa área, né?

S2: Esse foi pela Escola de Aperfeiçoamento de Professores da Rede Pública.

S1: O DETRAN investiu? Investiu, mas muito pouco. Esse básico aí, pra gente não resolve. Quem já tem o básico, oferecer o aperfeiçoamento. Um avançado.

S1: Eu já procurei até graduação nessa área, mas não tem.

S2: Tem sim.

S1: Falei essa semana com do... quem oferece é só Goiânia e Santa Catarina, só. Aqui, oferece Pós-Graduação.

P: Falta de pessoas capacitada em Libras.

S1: No Órgão ou geral!

P: É... no Órgão.

S2: Quantas pessoas nós temos hoje que tem o curso de Libras? Seja ele de qualquer nível? Sabe Raimundo?

S3: Acho que uns cinco.

S2: Não, muito mais!

P: O Sérgio me deu uma lista de em torno dez pessoas e mesmo assim eu entrei em contato com eles e 90% não atua.

S1: Mas é exatamente porque agente não consegue se comunicar com os DAs!

S3: É a capacidade que eles não tem mais, é isso.

P: Não, mas como que eles não tem capacidade se eles fizeram só um curso de três meses?

S3: Deixa eu te falar... o Serginho andou com uma lista aí e disse: ó Raimundo, essas pessoas aqui estão recebendo e elas já pediram pra sair porque elas não querem mais receber.

P: Receber...

S3: Estavam recebendo a gratificação de Libras. Porque eles não tão trabalhando e eles não tem interesse nenhum em fazer tradução.

S2: Raimundo eu acho que tem que fazer o senso primeiro...

S1: Não é que eles não tem interesse! Interesse eu acredito que tem sim! Porque ninguém iria fazer um curso... o problema é que você...

S3: A Regina escalou eles e eles não quiseram!

S1: Mas ô Raimundo, o problema é que agente tem a maior dificuldade. Eu mesmo não dou conta! Eu não consigo atender à um DA! Eu não consigo!

S3: Mas você tem interesse!

S1: Eu tenho interesse! E tem outras pessoas que também tem o interesse e ... prefere não receber a gratificação pra não se sentir obrigado a atender, porque não consegue se comunicar! Eu mesma já pedi pra tirar essa gratificação! Fiz o requerimento! Enquanto nós recebemos, nós somos obrigados a receber.

P: Quanto que é a gratificação ?

S2: Dez por cento do salário base.

S1: Primeira coisa... eu sei, isso sempre foi falado no curso. Aqui no DETRAN tem essa realidade que isso é só pra Banca Examinadora. Vários deles não são Examinadores, então não pode atender realmente! Então a Regina já, automaticamente não pode escalar eles pra Banca Examinadora com os DAs, então muitos . Outra coisa, foi falado lá no curso que quem já

automaticamente está no atendimento ao público, recebe e não precisa ser escalado para a Banca Examinadora com os DAs. Porque se atender um DA lá, ele já faz o atendimento automático, entendeu? Se você tá lotado no atendimento ao público, pois é, não precisa ser escalado...

S2: Vamos voltar pra pergunta ali. Ó, pelo quantitativo de gente que tem no DETRAN, não falta pessoas, falta qualificação! Entendeu? Falta é qualificação! O número tá legal!

S1: Essa quantidade de vinte pessoas é bom, mas precisa aprimorar! Deixa eu falar... hoje se o DETRAN tiver mil funcionários... se dez por cento pudessem se comunicar seria o ideal!

P: A relação dos servidores do DETRAN com os deficientes auditivos.

S2: A relação? Só profissional, que agente tem! Nós não temos outra relação que seja afetiva ou familiar...

S1: É só profissional mesmol... isso aí...

S3: A relação é de urbanidade e de isonomia. Agente trata ele como se fosse uma pessoa normal. Chega aqui... ele é um usuário...

P: O que vocês acham de atendê-los assim... falando da questão humanitária, você um dia comentou do servidor se sentir importante...

S3: É legal, no momento que o servidor consegue atender a contento eles, é uma coisa recíproca, tanto o servidor fica contente como o DA.

S2: É, quando eu tô atendendo um cidadão desse aqui, deficiente auditivo, agente mostra pra ele que ele tem o direito dele resguardado! Entendeu? Ou ele ou o familiar dele que vem acompanhando.

P: Você explica o direito dele?

S2: O direito de ele estar sendo atendido individualmente, ele já se sente prestigiado, porque não é todo órgão público que presta este serviço pra ele, né? Que vai na CEB, na CAESB, qualquer órgão da polícia civil aí, eles não vão ter um atendimento diferenciado e aqui dentro do Departamento de Trânsito ele tem!

S3: Mas ó, nem precisa fazer isso! Quando ele vê agente atendendo ele já sabe que tá ali falando a língua dele, que tá atendendo! Que tá respeitando uma limitação que a pessoa tem! Não é só pra ele não! Por exemplo, o cadeirante, agente não deixa ele subir, agente atende lá embaixo. Quando na pior das hipóteses agente pede pro... segurança trazer, entendeu? Então no momento que ele vê esse esforço do funcionário do DETRAN, ele já sabe que agente atende ele de uma maneira especial! Agente tá respeitando... existe uma exigência pro atendimento pro deficiente em qualquer órgão, seja ele auditivo, visual de qualquer monta.

P: A necessidade do DETRAN investir na capacidade dos servidores em atender os deficientes auditivos...

S2: O Departamento de Trânsito hoje não tem política de... capacitação, nem de incentivo os servidores a fazer esse tipo de atendimento. Você já viu algum curso depois que você fez esse primeiro?

S3: Não, eu não fiz nenhum curso pelo DETRAN...

S2: Eu também não fiz pelo DETRAN! O que eu fiz foi pela Fundação Educacional!

S3: Hoje, existe uma falta de interesse do DETRAN muito grande, porque, eu fui representar o DETRAN numa comissão, e eu era o representante do DETRAN. Eu pedi pra sair da comissão! Porque tudo que eu pedia junto aos Diretores da época era negado. Eu tava perdendo meu tempo lá dentro. Aí quê que eu fiz? Eu vou sair. Olha gente, eu vou sair... porque eu não estou conseguindo atender a contento o que vocês estão pedindo ao órgão, entendeu? E eu não quero queimar meu nome aqui com vocês. Aí eu pedi pra sair.

P: Qual era a Instituição?

S3: Tô tentando lembrar aqui. Eu tenho toda a documentação ali guardada. Eu sei que eu ia pras reuniões... eram quinzenais, acontecia ali na 114 sul. Era por parte do Governo, era mantida pelo Governo... onde todos os órgãos, os segmentos da Segurança Pública tinham que ter um representante lá dentro de Libras ou qualquer que fosse a deficiência. O DETRAN, por exemplo era para todos os tipos de deficiências. A parte de Engenharia deixou muito a desejar... aí o que eu fiz: eu vou sair.

S2: Não existe uma política por parte da Direção do DETRAN de incentivo.

S3: Ó, por exemplo, eu trouxe coisas aqui pro DETRAN e mandei pro Diretor, na época, e disse: olha esse deficiente precisa dessa sinalização... no local tal... pediram pra gente interferir... como eu sou representante eu queria que vocês fizessem... eles não faziam. E eles me cobravam... Raimundo! Aquela demanda que você levou! Você resolveu? Infelizmente não. Porque tá lá com a Engenharia, e até agora não me deram posicionamento. Aí o quê que acontece? Eu fui e saí. CODEDE. Eu era o titular, representando o DETRAN.

P: O que significa CODEDE?

S3: Era Conselho de deficiência do Distrito Federal. Uma coisa assim... existe ainda hoje! Não sei quem é o representante do DETRAN. Como eu vi que era uma dificuldade muito graaande da gente conseguir as coisas... principalmente junto à engenharia. As demandas que chegavam pra mim eram muito de engenharia. Na época eu exercia outro trabalho... e perdendo tempo. Aí falei: olha gente, vou sair, porque estou desenvolvendo outro trabalho no DETRAN...

S3: Saí do CODEDE, mas a demanda é grande. É deficiência de toda espécie. Quando eu tava lá, tinha um rapaz chamado Antonio, que ele representava o sindicato dos deficientes visuais. Na época ele pediu, olha ele pediu pra construir uma coisa simples. Era tipo... uma faixa destinada à passagem de deficientes. Eles tem uma bengala branca que eles conseguem... não sei como! Detectar.. eles não fizeram isso! A faixa de pedestre que eles estavam pedindo, era uma faixa sobreposta, ela fica em auto-relevo, então eles sabem onde está a faixa de pedestre, emborrachada. Cansei de pedir isso.

S2: Isso é falta de Política. Nem o GDF tem essa política aí!

S3: Aí eu falei: ó, eu fui bem claro com eles, eu vou sair porque eu não tô conseguindo atender a demanda de vocês e eu tô desenvolvendo um outro trabalho lá no DETRAN que eu acho que vai ajudar mais ainda, que na época era com os deficientes auditivos. E aí peguei e saí!

S2: Você tá desviando o assunto ali.

P: A necessidade do DETRAN investir na capacidade dos servidores em atender os deficientes auditivos.

S3: Reciclagem...

S2: Capacitação é uma coisa que tem que ser feita constante.

P: Mas vocês consideram que existe essa necessidade?

S3: Claro, todos nós!

- Discussão da 3ª Sessão de Intervenção Psicopedagógica

Como na sessão anterior, levamos para a 3ª sessão focal os 6 últimos temas, visando aprofundá-lo. Apresentamos os temas, um a um, em papel A4, digitado em times tamanho 36. Cada um deles era apresentado ao grupo para discussão depois que a discussão do anterior havia se esgotado, isto é, uma conclusão havia sido elaborada.

V/ Discussão geral dos resultados da intervenção psicopedagógica.

Através de um pensamento heterogêneo dos participantes foram evidenciados os problemas e entraves para um atendimento qualificado aos deficientes auditivos. Tal pensamento heterogêneo defendido por autores como Wertsch (1991), Valsiner (1989) e Oliveira (1992, por exemplo), constata-se nas intervenções, pois divergiram-se entre si. Um acreditava que o atendimento ao deficiente auditivo no DETRAN/DF e nos CFC'S é considerado muito bom, excelente e outro que não, que o órgão e CFC'S necessitam de uma política estrutural e organizacional interna e externa para qualificar esse atendimento específico.

As intervenções realizadas, portanto, evidenciaram que o desenvolvimento psicológico adulto está engendrado às diferentes formas de pensamentos e a tomada de consciência impulsiona o indivíduo a agir de forma a transformar o meio em que vive.

Os servidores concordaram que o órgão não pode ignorar seu papel de colaborador no que diz respeito a inclusão social e formação desses cidadãos para uma participação ativa no trânsito de Brasília, seja como pedestres, condutores e usuários dos serviços do órgão. Tomaram conhecimento do Decreto nº 24.136/2003 de 09 de outubro de 2003 e da Lei 4.090 de 30 de janeiro de 2008 e através de uma tomada de consciência, despertaram para a necessidade de um plano de ação junto a Direção Geral do DETRAN/DF.

As avaliações das intervenções realizadas, que tiveram como objetivo aprofundar os temas levantados em discussão, se constatou que tanto o *Departamento de Trânsito de Brasília, a Escola Pública de Trânsito-EPT e os Centros de Formação de Condutores do Distrito Federal* necessitam de uma maior qualificação no serviço de atendimento ao deficiente auditivo. *Mais servidores capacitados para uma boa comunicação em LIBRAS, formação de professores que tenham o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais para atuação na Escola Pública de Trânsito, fiscalização do DETRAN/DF aos Centros de Formação de Condutores-CFC'S*, no que diz respeito ao cumprimento da Lei de atendimento obrigatório ao DA e um *plano de ação* para se colocar em prática esses serviços de atendimento específico aos deficientes auditivos.

Considerando a tese de Vygotsky:

Que considera a mediação semiótica como o instrumento próprio para a criação das formas de atividades verdadeiramente humanas, considerando essa criação como o produto da tomada de consciência de um plano de ações baseado nos meios já produzidos e transmitidos sócio-historicamente ou seja, *não se cria a roda a cada modelo novo de carro.*" (Fávero, 2010, p. 41).

Como citado por Vygostsky, "...baseado nos meios já produzidos e transmitidos..." o DETRAN/DF já realiza um atendimento ao DA de forma cordial, contudo deve-se observar as ações descritas através das avaliações para se ampliar esse atendimento, utilizando-se das Leis de obrigatoriedade nº 24.136/2003, de 09 de outubro de 2003 e da Lei 4.090, de 30 de janeiro de 2008 como ferramentas de ação junto aos CFC'S e Escola Pública de Trânsito do Distrito Federal.

VI/ Considerações finais.

Convertendo o conteúdo das intervenções nos 11 temas como unidade de análise concluímos que o atendimento ao deficiente auditivo no DETRAN/DF, seja na formação teórica, prática de direção e como usuário de atendimento de Veículos e Habilitação, traz implicações fundamentais no que diz respeito a qualidade e eficácia do trabalho de inclusão sócio-cultural.

O Brasil possui uma população de mais de 190 milhões de habitantes (IBGE-Censo de 2010), segundo Censo Oficial de 2000, dos quais, 5,75 milhões são surdos, o que equivale à população inteira da Dinamarca. Desses, somente 15% se declaram entendedores da língua portuguesa.

Percebe-se que:

A educação das pessoas surdas nesta perspectiva, durante anos, baseou-se tendo como fator primordial a mera abordagem clínica, com a finalidade de restaurar a diferença, apoiando em noções de progresso essencialmente de natureza clínica que poderia capacitar todas as pessoas surdas a ouvirem como os ditos "normais". Novaes (2010)

Em repúdio a esta finalidade desagregadora, as instituições, na prática e não só na teoria, devem ser abertas para atender todos, de forma indiscriminada, pois o convívio social com as diferenças fará com que se perceba a realidade das necessidades culturais, sociais e de cognição.

Finalmente, cabe concluir que a defesa do uso da LIBRAS, como instrumento de mediação é uma demonstração de atenção da forma de se perceber o surdo na prática social e na representação sobre a capacidade cognitiva dos mesmos e que a multiplicação de servidores do DETRAN/DF, no conhecimento da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS trará uma valorização profissional dos mesmos, proporcionando maior motivação para realização do atendimento aos DA'S.

O presente estágio supervisionado teve o papel de elevar a consciência de servidores públicos do DETRAN/DF a uma necessidade do atendimento a um público específico, cidadãos especiais, cujas necessidades devem ser reconhecidas para que exista uma efetiva interação e comunicação dentro de um plano social em desenvolvimento. Além disso, se verifica que essa intervenção psicopedagógica mostra a importância do profissional, *psicopedagogo (a)* em sua atuação de mediador (a) num contexto institucional, uma vez que possibilita um despertar de uma consciência crítica e transformadora com resultados que poderão contribuir para uma sociedade, que fará surgir em seu seio, indivíduos mais tolerantes e atentos às diversidades.

VII/ Referências Bibliográficas.

Fávero, M, H. (1995). A mediação do conhecimento psicológico na produção de um texto para o professor. Universidade de Brasília. *Temas em Psicologia*. nº 1 p. 11-21

Fávero, M, H., & Soares, M, T, C. (2002). Iniciação Escolar e a Notação Numérica: Uma questão para o estudo do desenvolvimento adulto, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jan-Abr, vol. 18 nº 1, p. 043-050

Fávero, M, H., & Machado, C, M, C. (2003). A tomada de consciência e a prática de ensino: Uma questão para a Psicologia Escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.16 nº 1, p. 15-28.

Fávero, M, H., & Pimenta, M, L. (2006). Pensamento e Linguagem: A língua de sinais na resolução de problemas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, vol. 19, nº 002. Porto Alegre, Brasil., p. 225-236.

Fávero, M, H., (2010). Desenvolvimento Psicológico, Mediação Semiótica e Paradigmas Pessoais. *Psicologia do Gênero*, Curitiba - UFPR. p. 40-41.

Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Decreto nº 24.136/2003, de 09 de outubro de 2003.

Lei Distrital 4090, de 30 de janeiro de 2008, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, p. 23, 1º de fevereiro, 2008.

Sacks, O. (1998). *Vendo Vozes*: Uma viagem ao mundo dos surdos. Londres. Schwarcz.

Novaes, E. C. (2010). *Surdos Educação, Direito e Cidadania*. Wak.